



O MULTICULTURALISMO E AS DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS NO DEBATE MULTICULTURAL

Willian Martini¹

RESUMO

Dentro dos debates sobre o multiculturalismo temos uma variedade razoavelmente grande de linhas de discursos os quais, por meio de diferentes propostas, oferecem soluções aos problemas enfrentados por muitas culturas. Não são poucos os grupos que tentam sustentar seus valores e suas práticas dentro de uma realidade globalizada na qual as ações e os pensamentos das pessoas encontram-se tão homogeneizados. A partir dessa perspectiva, pretendemos analisar por meio desse artigo as divergências que surgem entre os diferentes “multiculturalismos” a partir de diferentes pontos de vista, tentando, assim, oferecer uma explanação destes em relação às questões relevantes para cada tipo de multiculturalismo. Vamos explorar algumas das abordagens que surgem no multiculturalismo, as quais exibem algum grau de etnocentrismo em seus discursos. Dessa forma, vemos o *multiculturalismo crítico* de McLaren (2000) como uma alternativa teoricamente viável para superar essa problemática. Nossa pretensão é explanar a ligação entre o tipo de multiculturalismo defendido por uma posição e os problemas ou questões aos quais está vinculado.

Palavras-chave: Cultura. Etnocentrismo. Diferença. Multiculturalismo.

MULTICULTURALISM AND THE THEORETICAL DIVERGENCES ON MULTICULTURAL DEBATE

ABSTRACT

Within the debates on multiculturalism, we have a fairly wide variety of lines of thought and very different proposals offering solutions to certain problems faced by several cultures. There are many groups trying to maintain their values and

practices within a global reality in which peoples' actions and thoughts are homogenized. From this perspective, we intend here to analyze the differences that arise from the varieties of "multiculturalisms", trying to offer an explanation in relation to issues that are relevant to each type of multiculturalism. We will explore some of the approaches that arise in multiculturalism, which may contain some ethnocentric aspects. At last, we will present Peter McLaren's critical multiculturalism as a viable theoretical alternative to overcome the problem. My intention is to explain the link between the type of multiculturalism defended by one position and the problems or issues to which it is linked.

Keywords: Culture. Ethnocentrism. Difference. Multiculturalism.

Introdução

O mundo em que vivemos é um lugar rico em diversidade, sobretudo quando nos referimos às muitas formas de viver dos vários grupos humanos. Ao falarmos do multiculturalismo tocamos em um ponto em que a questão da diversidade torna-se, ao mesmo tempo, um assunto delicado, mas também impreciso. Ao tratar das muitas culturas que povoam o mundo, visamos oferecer algum conhecimento acerca da experiência vivida pelas pessoas que compõem essas culturas diante do choque da diversidade das realidades culturais. Porém, sempre falamos a partir de uma perspectiva que, em parte, é fornecida pela própria cultura na qual nos situamos, sendo que o etnocentrismo é um fantasma permanente que sempre exigirá o nosso máximo cuidado ao discutirmos a diversidade cultural. Mas o assunto também é impreciso em virtude do número demasiado amplo de diferentes tipos de análises possíveis. Em primeiro lugar, ao falarmos de ‘cultura’, nos referimos a um conceito que possui uma grande extensão. Para Taylor (1994), por exemplo, cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da

¹ Aluno de graduação do curso de Bacharelado em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: willianmartini@hotmail.com

sociedade” (apud LARAIA, 2001, p. 25). Este complexo formado pela coleção de vários itens que reclamam diferentes ferramentas conceituais de análise nos indica que trabalhar a diversidade das culturas implica nos envolvermos (direta ou indiretamente) com uma gama de questões que perpassam diferentes áreas do conhecimento.

Mas por que o etnocentrismo mereceria um tratamento exclusivo constituindo um tópico que requer maior cuidado? Apesar de podermos inserir esse conceito antropológico em um dos vários campos de discussão, penso que seria importante tratá-lo de acordo com sua relevância, pois ele aponta para a base na qual muitos conflitos podem estar assentados. As sociedades tendem a encontrar nas características de suas próprias culturas o reconhecimento do modo mais natural e, portanto, o melhor modo de se viver. Ao olhar para a outra cultura e para as práticas que a caracterizam, estamos munidos de conceitos que permitem avaliá-la apenas de acordo com valores que trazemos da nossa própria cultura. A falta de reconhecimento adequado para com as diferenças alheias gera uma questão central que tem sua problemática diretamente relacionada ao etnocentrismo: a “diferença”, ou o não reconhecimento das diferenças entre as culturas, constitui um pilar central das discussões em torno do multiculturalismo.

Entendido como um corpo de pensamento que pretende encontrar a melhor maneira de responder à diversidade, o ‘multiculturalismo’ pode acabar sendo tomado como um conceito eurocêntrico que designa os problemas de acomodação das diversas culturas dentro da monocultura ostentada por países capitalistas que atualmente dominam o cenário mundial. Nesse sentido, a questão parece ser posta como se segue: qual será para a cultura branca, que possui domínio econômico e político no Ocidente, a melhor forma de lidar com questões de alojamento e de reconhecimento relativamente às outras culturas dentro de seu próprio território? Apesar dessa possível crítica acerca do aspecto

etnocêntrico dos projetos multiculturais, penso que as reivindicações daqueles que defendem algum tipo de multiculturalismo possam ser legítimas. As realidades de países como os EUA ou o Canadá, que possuem grande diversidade étnica e cultural, reclamam o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as demandas exigidas por grupos minoritários que não se enquadram adequadamente às práticas da cultura dominante.

Dada a importância dessa questão, a relação do etnocentrismo com as dificuldades que ele impõe para o reconhecimento das diferenças entre as culturas é sem dúvida um ponto a ser explorado. Mas minha atenção estará voltada aqui, no entanto, principalmente ao aspecto que chamei de “impreciso”, devido à existência de uma grande diversidade teórica inerente ao debate multicultural. Essa diversidade diz respeito a certas questões nas quais alguns autores se detêm e a certas posições nas quais eles se situam devido aos recursos teóricos que usam para oferecer soluções aos problemas que julgam ser os mais relevantes.

Por exemplo, vemos o discurso liberal como fortemente vinculado ao direito e à liberdade. Isso pode nos levar a pensar que, ao tratar do multiculturalismo, aqueles que se classificam como liberais estarão fortemente comprometidos com certas ideias sobre a moral e com o papel que essas ideias têm a desempenhar na criação de resoluções para os problemas que emanam das diferenças culturais. A preocupação liberal quanto ao direito e a liberdade encontra em questões acerca da moral a base com a qual consegue estender suas reivindicações a um âmbito universal, daí a acusação que se faz a muitos liberais de que são responsáveis por promover uma homogeneização das diferenças. Esse é um ponto fortemente enfatizado por Taylor (1994) em *A Política de Reconhecimento*. Quando Taylor afirma que a modernidade efetuou uma transição do conceito de ‘honra’ para o conceito de ‘dignidade’, ele nos diz que

isso foi possível graças à concepção emergente da moral como tendo seu fundamento inerente à natureza do sujeito (à sua subjetividade), e não ao reconhecimento vindo dos outros e, portanto, socialmente construído; é exatamente isso que permite certas formulações por parte dos liberais: “Em relação à política de igual dignidade, aquilo que se estabelece visa a igualdade universal, um cabaz idêntico de direitos e imunidades (...)” (TAYLOR, 1994, p. 58).

O ponto que me interessa em Taylor, nesse momento, é o resgate feito pelo autor de certas noções sobre a moral que só poderiam ter surgido no seio da sociedade moderna que se desenvolvia. É notável o fato de Taylor não ter dado muita ênfase aos mecanismos sociais e econômicos que acompanharam (se não, propiciaram) o surgimento do modelo liberal e democrático no qual nossa política e sociedade atuais se baseiam (em plena revolução industrial muita coisa ocorreu: novas formas de produção, ascensão da classe burguesa, etc.). É desse modelo, e por meio dele, que a moral foi compreendida a partir de uma determinada perspectiva (a da dignidade), tendo então um estatuto que a credencia a servir de fundamento para tomadas de decisões sobre os direitos humanos e sobre políticas públicas com esferas de aplicação universal.

Taylor faz uma reconstrução histórica a fim de delinear os contornos da compreensão moderna da moral sobre a qual o liberalismo igualitário vai erigir sua posição quanto à liberdade e aos direitos de todas as pessoas. O que me parece interessante é que a abordagem de Taylor denota o engajamento dos liberais com questões que possibilitam, ou melhor, os autorizam, a falar de modelos legais e políticos para o tratamento dos problemas vindos do multiculturalismo. Junto a essa preocupação, temos um razoável desdém em relação a outro tipo de problema que afeta quase todas as culturas. Trata-se do que Zizek (2005) chama de a “universalização do capitalismo”, isto é, a globalização da exploração do homem pelo homem. Mesmo Rawls (2002) que,

em *Uma Teoria da Justiça*, modifica a estrutura da sociedade para alterar o curso do repasse econômico a fim de diminuir as desigualdades, no entanto, enquanto liberal, não põe em causa a estrutura geral na qual se baseia a sociedade capitalista. O equilíbrio da justiça deve atravessar um longo percurso teórico por meio da estrutura política idealizada por Rawls, só assim escapará das profundas contradições encontradas nas sociedades capitalistas.

As divergências entre diferentes grupos culturais que vivem em um mesmo espaço físico podem ter por motivo, em alguns casos, a disputa por recursos necessários à subsistência. Seria pelo menos sensato investigar algo no sentido de trazer à mostra o que existe de importante nessa abordagem, a fim de viabilizar o entendimento do ponto mais consequente colocado pelos radicais de esquerda, qual seja, de que o sistema voltado para o acúmulo de capital gera uma profunda desigualdade social.

McLaren (2000), em seu trabalho *White terror and oppositional agency. Towards a critical multiculturalism*, nos fornece um sucinto, mas importante “mapa” dos principais tipos de multiculturalismo que têm influenciado os debates nas últimas décadas. A abordagem de McLaren trata de rastrear o tipo de discurso desses multiculturalismos a fim de sublinhar certos pontos nos quais se apoiam para distingui-los, então, do seu próprio, o multiculturalismo crítico. Para ele, um espectro de multiculturalismos pode ser visto em gradações que vão de uma posição mais conservadora até outras formas menos rígidas. As formas de multiculturalismos expostas pelo autor são: multiculturalismo conservador, multiculturalismo humanista liberal, multiculturalismo liberal de esquerda e multiculturalismo crítico. Santos (2003) também nos relata a ampla gama de adjetivações que têm sido dadas ao multiculturalismo: “multiculturalismo ‘essencialista’, ‘universalista’, ‘agregativo’, ‘insurgente’ (...) etc.” (BHARUCHA apud SANTOS, 2003, p. 7). Isto apenas serve para nos dar uma ideia da

diversidade das posições no debate multicultural e de como o multiculturalismo é um conceito sem um conteúdo preciso, exatamente o que o possibilita assumir diferentes formas, dependendo do conteúdo das questões às quais estará sendo associado.

No que se segue, viso oferecer uma pequena explanação acerca de alguns tipos de multiculturalismo e das questões envolvidas no discurso de cada um deles. Minha pretensão é investigar a ligação entre o tipo de multiculturalismo defendido por uma posição e os problemas ou questões aos quais está vinculado.

Multiculturalismo conservador

Se existe algo de sólido no conceito de ‘multiculturalismo’, talvez, isso se deva ao apoio fornecido pelos conceitos de ‘diferença’ e ‘reconhecimento’. E é justamente isso que pode nos levar a questionar a hipótese de um multiculturalismo dito “conservador”. Os conservadores tendem a ignorar as diferenças e as reivindicações que provêm dos grupos que compõem as minorias, ou melhor, os conservadores tendem a salientar de forma depreciativa as diferenças existentes entre as diversas raças, etnias e formas de comportamento alternativas, e que se diferenciam do estilo de vida da classe média branca, que consiste na elite responsável por sustentar este suposto “multiculturalismo conservador”. Vemos de saída que o reconhecimento adequado (o mais respeitável possível) das outras culturas não é levado em consideração.

Segundo McLaren (2000), um primeiro traço a ser reconhecido nesse tipo de multiculturalismo é a sua recusa em tratar a branquidade como uma forma de etnicidade, o que revelaria a tentativa de dotar a raça branca de uma neutralidade a partir da qual julga as outras etnias. Além disso, a ideologia de assimilação que se esconde por trás do uso da palavra ‘diversidade’, apenas nos mostra como as outras culturas são tomadas meramente como partes acrescentadas à cultura

dominante. Para que alguma cultura seja acrescida, ela precisa incorporar as normas euro-norte-americanas ao mesmo tempo em que abandona as práticas e os valores que caracterizam a sua especificidade. Outro aspecto importante da corrente conservadora é sua oposição a programas educacionais bilíngues, com a perspectiva de que a língua dominante (o inglês) seja a única língua oficial.

Sem dúvida, o multiculturalismo conservador está assim associado ao sentimento de superioridade de um grupo que se encontra em uma classe social privilegiada. Tal sentimento é imediatamente “justificado” pelo papel social desempenhado por seus partidários: eles ocupam cargos importantes na sociedade, têm influência, possuem dinheiro, monopolizam as formas de ensino bem como as formas de avaliar o conhecimento (estabelecendo as condições para que algo seja considerado conhecimento). Por outro lado, outras etnias, tais como as africanas e as indígenas, são associadas a estágios mais primitivos da evolução humana, uma afirmação que é muitas vezes usada para justificar as suas baixas taxas de desempenho cognitivo quando submetidos a testes. McLaren (2000) nos traz um exemplo disso quando diz que

Carl Campbell Bringham defendeu em seu *A Study of American Intelligence* uma classificação de raças que identificou os nórdicos como a raça superior e, em ordem decrescente, situou as raças menos superiores como os alpinos, mediterrâneos, orientais, novos orientais e negros (MCLAREN, 2000, p. 116).

A posição conservadora pode, neste caso, ser vista como a manifestação do espírito conquistador que em todas as épocas e nações usurpou territórios e escravizou povos. Se, como diz Kymlicka (2010), a convivência entre diferentes culturas é tão antiga quanto a humanidade, tão antigo também deve ser o espírito de menosprezo de um povo diante das estranhas práticas de outros povos com culturas distintas. Lembremo-nos de obras literárias, entre as quais o

romance *Uncle Tom's Cabin; or, Life Among the Lowly* (1852), escrito por Harriet Beecher Stowe, que é um exemplo. Nela os escravos não são tratados como humanos. As madames e os senhores os enxergam como meros instrumentos comprados com o mesmo dinheiro com o qual foram comprados todos os seus outros bens, como se o negro não fosse da mesma espécie que o senhor. Esta forma de entender em que categoria se enquadra o escravo, lhe reservando uma ontologia diferente da dos homens “de sociedade”, é aquilo que está na base da posição conservadora. A condição de selvagem que caracterizou por muito tempo o indígena americano, também, nos fornece evidências das limitações nessa forma de compreender e caracterizar esses povos.

O que temos hoje são resquícios dessas formas mais antigas de reconhecimento entre as diversas culturas. Mas não podemos dizer que se trata de um legado puramente eurocêntrico. Isso parece mais uma reação instintiva de preservação do grupo, que tenta mostrar sua força por meio de uma forma radical de preconceito que consiste em espontaneamente criar um entendimento depreciativo do outro grupo. Lembro-me do filme *Fist of Fury* (1972), dirigido por Lo Wei e estrelado por Bruce Lee. O filme ganhou notoriedade por retratar a opressão japonesa em território chinês e a resistência por parte dos chineses. Em uma conhecida cena, Chen Zhen (Lee), um jovem estudante de artes marciais, circulava pelas ruas de Shangai quando ao tentar entrar em um parque foi barrado pelo porteiro que apontava para a placa logo acima da entrada, que dizia: “proibida a entrada de cães e chineses”. O forte menosprezo fomentado entre os povos encerra uma certa desumanização dos indivíduos que não pertencem ao mesmo grupo. Sendo assim, eles não se sentem culpados em não oferecer um tratamento digno ao outro, já que este outro possui uma natureza distinta da sua, ou seja, está destinado a receber um tratamento determinado que condiga com sua condição inferior.

Embora eu esteja a ponto de concluir que o multiculturalismo conservador tem o seu conteúdo melhor caracterizado por um sentimento ou por um instinto do que por bases conceituais que se sustentem em razões plausíveis, não podemos esquecer de que o produto erigido sobre essa base é muitas vezes apresentado na forma de discurso científico, e que, antes de levantar a acusação de que não se trata de um projeto plenamente multicultural, temos de confessar que a ideia de assimilação (toscamente mascarada) pode ser tomada como um modo não conflituoso de resolver questões de convivência dentro de uma cultura hegemônica, já que a homogeneidade de uma população poderia impedir diferenciações depreciativas. No entanto, essa assimilação talvez não seja exatamente uma homogeneização, devido à tendência conservadora em salientar as diferenças e considerá-las como fatores que justifiquem o seu tratamento para com o outro.

Multiculturalismo humanista liberal

Segundo McLaren (2000), este tipo de multiculturalismo defende a existência de uma igualdade natural entre diferentes populações raciais. Pessoas brancas, afro-americanas, asiáticas e latinas seriam iguais sob a perspectiva da equivalência cognitiva ou racional que existe entre as diversas raças. O multiculturalismo humanista liberal argumenta que o fato eminente da equivalência cognitiva capacita todos os indivíduos, independente de sua raça, a competir igualmente em uma sociedade capitalista. No entanto, segundo esta corrente multiculturalista, a igualdade não se apresenta nas sociedades porque as oportunidades sociais e educacionais não existem, impossibilitando a todos competir igualmente no mercado. Diferente das concepções conservadoras, a postura humanista liberal acredita em uma igualdade relativa alcançada por meio da modificação e da reforma das restrições econômicas e socioculturais.

O humanismo que caracteriza esse multiculturalismo pode acabar tornando-se “etnocêntrico e opressivamente universalista devido às normas legitimadoras que governam a substância da cidadania” (MCLAREN, 2000, p. 120). Essas normas são identificadas mais fortemente com as comunidades políticas culturais anglo-americanas, sendo que a cidadania que pode ser almejada por um grupo étnico, por exemplo, não pode conceder aos seus integrantes a possibilidade de práticas culturais que não estejam fundamentalmente de acordo com os direitos previstos pelo modelo ocidental de cidadania. Isso é particularmente visível quando nos debruçamos sobre alguns pontos que são claramente sustentados pela concepção multiculturalista liberal de Will Kymlicka (2010). Em seu artigo *The rise and fall of multiculturalism*, Kymlicka (2010) apresenta ao seu leitor um estudo analítico densamente preenchido por fatos históricos que traçam um paralelo entre o desenvolvimento histórico dos direitos humanos nas democracias ocidentais e a ascensão do multiculturalismo enquanto questão social e política que reclama resoluções. Existiriam três tipos de minorias que, segundo Kymlicka, emergiram nas democracias ocidentais: as minorias nacionais, os grupos indígenas e os imigrantes. As lutas pelos direitos humanos e a emergência desses grupos com suas diferentes reivindicações ajudaram na consolidação dos ideais liberais na história política ocidental. É nisso que Kymlicka acredita. Mas de que maneira pode-se atender de forma adequada às reclamações vindas da diversidade cultural e das diferenças sem incorrer em etnocentrismo? Como um planejamento político pode reconhecer de forma adequada aquilo que a outra cultura deseja preservar no seio de suas práticas? Kymlicka parece não dar tanta atenção a este tipo de problema quando afirma: “The key to citizenisation is not to suppress these differential claims but to filter and frame them through the language of human rights, civil liberties and

democratic accountability. This is what multiculturalist movements have aimed to do” (KYMICKA, 2010, p. 100).

Segundo o próprio McLaren (2000), escondem-se e justificam-se as diferenças sob o argumento da meritocracia, que é garantido pela igualdade inerente a todos os homens. Este aspecto do projeto liberal possui suas raízes teóricas nas ideias iluministas, com as quais estipula uma equivalência cognitiva universal que trata de descontextualizar as diferenças mais fundamentais, proclamando em seu lugar o individualismo e a cidadania, enquanto as relações de poder e outras considerações são deliberadamente deixadas de lado (ver KINCHELOE e STEIMBERG, 1999). A racionalidade situada para além do tempo, do lugar e da experiência dos indivíduos, perpassando a totalidade dos fenômenos culturais, é a ideia iluminista que possibilita a visão homogeneizante da humanidade que é assumida por este multiculturalismo.

Desse modo, os liberais também são acusados de cooperar com os padrões sociais e econômicos vigentes, contribuindo com a permanência da injustiça e da desigualdade. Seu *slogan* de cidadania multicultural, o qual afirma a possibilidade de convivência harmoniosa entre várias culturas dentro do mesmo território sob as mesmas perspectivas de sobrevivência, abafa os propósitos de transformação que exigiriam uma tensão política e social maior do que aquela que os partidários dessa posição estão dispostos a suportar. Seu plano de harmonia social, que acabará redundando na homogeneização das culturas, raças e etnias, é passivo com relação à situação atual das sociedades modernas, nas quais os mecanismos de exploração do homem da classe social inferior pelo homem da classe social superior ficam cada vez mais sofisticados e são inconsequentemente disseminados como parte fundamental dos valores da cultura ocidental. Este projeto multicultural é de um tipo que, como diz Zizek (2005), parece não desafiar

seriamente a ordem existente, sendo tolerado e até financiado por aqueles que detêm o poder.

Em outro plano, no qual um *fundamentalismo liberal* incide sobre o comportamento das pessoas a fim de otimizar a harmonia geral e o senso de humanidade, podemos perceber como as diretrizes éticas são informalmente modificadas para que se garanta a realização desse projeto multicultural:

Um caso da perversidade do politicamente correto ocorre na Dinamarca, onde as pessoas falam ironicamente de um “fardo da mulher branca”, sua obrigação ético-política de ter relações sexuais com trabalhadores imigrantes dos países de Terceiro Mundo, o que seria o passo final para acabar com a exclusão deles (ZIZEK, 2005, p. 175).

Uma sociedade de livres escolhas e oportunidades para todos é a ilusão que tem sido laboriosamente construída pelos liberais. Dentro de um panorama político e econômico global, podemos ver os membros de diferentes culturas consumindo os mesmos produtos, almejando uma forma comum de viver e crescer na vida. Essa é a “verdadeira” igualdade, mascarada em princípios universais sobre o homem. Segundo Zizek (2005), o programa multicultural encabeçado pelos liberais situa-se “dentro das coordenadas ideológicas hegemônicas”, juntamente com “iniciativas como Médicos sem Fronteiras, Greenpeace e outras campanhas feministas e antirraciais, que são todas não apenas toleradas, mas até mesmo apoiadas (...)” (2005, p. 177). Em suma, são ações organizadas e muitas vezes compostas por pessoas bem intencionadas, mas que, no entanto, não abalam as ideologias hegemônicas, pois se encontram dentro de certos limites toleráveis. As ideologias hegemônicas são sustentadas por uma suposta elite que detém poder econômico e influência política, ditando valores e modas ao passo que tece seus planos por meio de projetos fundamentalmente conservadores que, não obstante, aparentam oferecer o

melhor e o mais prático para todos (mas nem sempre o mais barato). Ainda que Zizek (2005) esteja correto em boa parte das acusações que faz aos liberais, muitas dessas acusações não estão acompanhadas por uma justificativa adequada à verdadeira força que possuem. Além do mais, às vezes ele parece caricaturar seus opositores, porém, não de modo a simplificar a ideologia liberal aparente em seus discursos, mas ao invés disso, concede-lhes fundamentos obscuros, os quais são concebidos por meio de complexas articulações teóricas, nem sempre minimamente consistentes.

Multiculturalismo liberal de esquerda

Apesar de McLaren (2000) chamar esta linha multiculturalista de “liberal” de esquerda, outros autores preferem usar o termo “essencialista” de esquerda. Esta divergência ocorre não porque exista alguma controvérsia em torno da caracterização do conteúdo específico desse multiculturalismo, mas porque esses autores enfatizam diferentes aspectos desse. McLaren (2000) direciona sua análise para algumas consequências políticas que surgem a partir do que é proposto por essa perspectiva, enquanto autores como Burke e Stuart Hall (1999) preocupam-se com a tentativa de idealização das manifestações culturais que é sustentada pelos essencialistas ou liberais de esquerda (ver MARCON, 2009).

A caracterização feita por Burke, Hall e McLaren é muito semelhante à de Kincheloe e Steimberg (1999), para os quais o multiculturalismo liberal de esquerda apresenta uma posição extremada com relação às diferenças culturais. Ao afirmar que a defesa de uma igualdade inerente a todas as raças abafa as diferenças culturais importantes, responsáveis por práticas sociais, valores e estilos cognitivos diferentes, esta posição acabaria essencializando as diferenças culturais e, portanto, ignorando sua situação histórica. Há um abandono quanto a qualquer possibilidade de compreensão da diferença como uma construção

histórica e social, pois seus defensores chegam a assumir que existe uma “fêmea” autêntica ou uma maneira “afro-americana” de estar no mundo e de o experimentar. Segundo McLaren (2000), aqueles que trabalham sob essa perspectiva com frequência têm dificuldades para discutir com os partidários de outras posições: “O multiculturalismo liberal de esquerda trata a diferença como uma essência que existe independente de história, cultura e poder. Na maioria das vezes solicitam documentos de identidade antes de iniciar o diálogo” (MCLAREN, 2000, p. 120).

A experiência de vida, assim como a raça, a classe, o gênero e a história são fatores importantes na construção da dimensão interior do indivíduo, e isso, acredito, implica um modo particular de experimentar o mundo. O problema é quando isso é usado como fonte de autoridade. Muitos ativistas estabelecem uma autoridade especial concedida pela formação cultural da pessoa, e isso se torna um recurso falacioso ao qual apelam aqueles com interesses políticos, pois um discurso pode ser julgado não pela proposta que apresenta, mas pela força de estar sendo pronunciado por uma subjetividade capaz de uma experiência genuína: “O que muitas vezes ocorre é que um populismo elitista se constrói na medida em que professores de bairros pobres estabelecem um pedigree de voz baseado na experiência” (MCLAREN 2000 p. 120).

Segundo Burke (1995) e Stuart Hall (1999), esta tendência multicultural que concede uma essência a cada cultura específica está ligada ao movimento romântico, pois ela realiza uma idealização das culturas criadas no passado. Ao tomar a identidade como estática, portanto ideal, os adeptos dessa posição buscam preservar as manifestações culturais de um grupo evitando ao máximo que qualquer tipo de intervenção seja feita, sendo que qualquer mudança provocada por outra cultura pode ser entendida como uma violação à cultura tradicional. As mudanças enfrentadas no presente são tomadas negativamente,

enquanto a cultura genuína está no passado, cristalizada em sua essência. Assim, muitos defensores dessa posição criam uma imagem da cultura dominante como sendo a cultura “má”, em oposição à cultura “boa”, a dos dominados.

Parece bastante claro que esta tendência não responde ao questionamento acerca da transformação dos processos de produção da identidade. McLaren sustenta que precisamos buscar entender como “a identidade é produzida constantemente por meio de um jogo de diferença relacionado e refletido por relações, formações e articulações ideológicas e discursivas que se deslocam e se conflitam” (MCLAREN, 2000, p. 121). A experiência seria o lugar onde se produz o manancial ideológico de uma cultura, sendo que a identidade se produz no seio dessa experiência. Porém, isso ocorre mediante a dinâmica da situação histórica, que se encontra sempre em movimento, articulando linguisticamente as formas de inteligibilidade que surgem em resposta aos novos fatos. Ignorar este tipo de consideração faz com que o multiculturalismo liberal de esquerda seja um alvo para os ataques da teoria social pós-moderna, que denuncia o fato de carecermos de um vocabulário ou epistemologia situada fora da produção social do conhecimento. Buscar uma essência inalterável dentro de uma cultura e a partir daí tentar isolar a realidade de suas práticas, não parece consistir em uma linha argumentativa que corrobore com os fatos históricos e, também, não parece levar em conta as necessidades de todas as culturas frente às exigências modernas que ocorrem a nível global.

A partir das últimas colocações que surgem na forma de uma crítica ao multiculturalismo liberal de esquerda, já podemos indicar um dos caminhos através dos quais McLaren (2000) pretende nos apresentar o *multiculturalismo crítico*, que pode ser tomado como o projeto que visa superar os problemas

denotados pelos tipos de multiculturalismos examinados até aqui. Com relação à linguagem, tanto a posição humanista liberal quanto a liberal de esquerda são caracterizadas como compartilhando de uma lógica essencialista. Enquanto os humanistas defendem um princípio que homogeneíze as diferenças a fim de promover o consenso e a estabilidade geral, os liberais de esquerda encontram um princípio de discernimento que estabelece a incomensurabilidade entre as diferenças culturais, raciais e étnicas. O problema específico aqui é que ambas as linhas forjam suas análises sem se preocupar com o papel que a língua desempenha na produção da experiência, como estruturante de uma realidade cultural. Para McLaren:

A língua e o pensamento ocidental são construídos como um sistema de diferenças organizado *de facto e de jure* como oposições binárias – branco/preto, bom/ruim, normal/perturbado etc. – com o primeiro termo sendo privilegiado e designado como o termo definidor ou a norma do significado cultural. (MCLAREN, 2000, p. 127)

O fato de os multiculturalismos vistos até aqui não se posicionarem quanto a esse nível da discussão nos força a indagar o quanto eles incorrem em algum tipo de etnocentrismo nos seus discursos. A tendência essencialista em ambas as posições denota exatamente essa questão, uma delas tentando suprimir a oposição óbvia e a outra enfatizando uma barreira intransponível dentro dessa oposição; uma tomando-a como boa e a outra como ruim. O que ocorre, portanto, é que seus discursos incorporam inconscientemente categorias linguísticas “euro-americanas” com as quais procuram não só fornecer relatos das culturas alheias, mas também resolver os problemas que emanam das questões multiculturais usando aparatos conceituais “inadequados” ou insuficientes.

Este traço da cultura ocidental, de valorizar a oposição, faz com que o próprio universo do conhecimento funcione a partir das diferenças salientadas:

A filosofia, as ciências da linguagem, a biologia, a ecologia colocaram o conceito de diferença no centro de suas epistemologias, demonstraram que nem a evolução humana, nem o pensamento, nem o sentido são concebíveis sem a diferença, a mistura, os efeitos combinatórios que só a diferença torna possíveis (SEMPRINI, 1999, p. 158).

Alguns autores, como David Goldberg (1994), identificam a emergência do multiculturalismo com o sucesso das formas de oposição que possibilitam a diferença, assim, poderíamos voltar àquela indagação acerca das raízes eurocêntricas do multiculturalismo, tendo em vista o quanto a ‘diferença’ é um conceito caro à nossa discussão. Para superar esse tipo de problema buscando um ponto de vista mais elevado, McLaren (2000) adentra com sua proposta multicultural que, embora seja mais complexa, pois trabalha a partir de um projeto interdisciplinar, sem dúvida é mais sólida e completa no que se refere ao tratamento dado aos muitos problemas vistos até aqui.

Multiculturalismo crítico

Sem dúvida, a posição de McLaren (2000) é mais interessante do que as vistas anteriormente. Isso porque seu projeto multicultural não se limita apenas à política de cidadania ou a questões raciais e étnicas, mas amplia seu escopo para outras disciplinas, diminuindo assim possíveis lacunas teóricas e práticas. Este projeto engloba três eixos que se interseccionam e sobre os quais é edificado um plano de transformação social. O primeiro eixo trabalha sob a perspectiva dos problemas econômicos e sociais (desigualdade, injustiça, etc.), sendo que a temática abordada demonstra uma forte influência do marxismo e do pós-modernismo de resistência, para os quais “os debates sobre multiculturalismo não podem se dar ao luxo de ocultar suas conexões com as relações materiais mais amplas” (MCLAREN, 2000, p. 58). O segundo eixo é desenvolvido a partir de

um viés da teoria social pós-moderna que, como já mencionado, procura situar na língua o fator construtivo das experiências vividas por diferentes culturas. O terceiro é o eixo que relaciona os estudos multiculturais à pedagogia, em uma luta por uma “pedagogia crítica”. Podemos dizer que este terceiro eixo é o mais importante, pois é por meio dele que a teoria desenvolvida liga-se ao que o autor chama de *práxis transformadora*.

De forma alguma podemos considerar estes três eixos isoladamente. Eles encontram-se teoricamente articulados e só funcionam a partir de suas interações. A pedagogia crítica que McLaren (2000) deseja extrair como resultado de seus estudos é um produto da reformulação da discussão do multiculturalismo realizada a partir da perspectiva das novas tendências da crítica pós-moderna que enfatizam a construção de uma “política de diferença” (op. cit., p. 60). Primeiramente, é feita uma crítica ao *pós-modernismo lúdico*, que, segundo ele, trata de um “relativismo epistemológico que demanda uma tolerância por uma gama de significados sem defender nenhum deles” (op. cit., p. 51). Esta teoria privilegiaria o cultural em detrimento da materialidade das formas de produção, e é por isso que o pós-modernismo de resistência surge como o reparador dos problemas que as teorias pós-modernas em geral enfrentam quando defrontadas com as demandas do multiculturalismo. Ebert é uma entre os/as autores/as aos quais McLaren deve a formulação do pós-modernismo de resistência que trabalha sobre a ideia de uma política de diferença:

Uma análise pós-moderna da diferença nos capacitaria a mover para além da teoria da diferença como uma experiência reificada, e a criticar a produção ideológica, econômica e histórica da própria diferença como uma série de relações escorregadias que são resultados de lutas, as quais produzem as significações e subjetividades a partir das quais nós vivemos e mantemos as relações sociais existentes (EBERT *apud* MCLAREN, op. cit., p. 69).

A ideia de Ebert (op. cit.) é pensar as diferenças não como conexões essenciais, mas como produto de posições historicamente situadas e mediadas. A diferença não é uma obviedade cultural, tal como negro vs. branco ou latino vs. europeu; em vez disso, as diferenças são construções históricas e culturais,

culturalmente constituída, tornada inteligível através de práticas de significação. [Para as teorias pós-modernas] a diferença não é uma zona de experiência claramente demarcada, uma unidade de identidade de um grupo social contra outro, tomada como pluralismo cultural. Ao invés disso, as diferenças pós-modernas são relações de significantes que se opõem (EBERT *apud* MCLAREN, op.cit., p. 78).

O multiculturalismo crítico ataca frontalmente as correntes conservadoras e liberais acusando-as de serem ideologicamente opressivas e de instaurar um sentido único à ‘diferença’, cuja discussão crítica tenta abafar com seu plano de uma diversidade harmoniosa. Seu plano atua em nossas formas atuais de ver e agir, que são disciplinadas para nós por meio de formas de significação, isto é, através de formas de inteligibilidade e de construção de sentido. Para compreendermos o papel que a linguagem desempenha no projeto de McLaren (op. cit.), é interessante mencionarmos a relação entre o plano macro e microscópico do social e do político. Existe uma relação conturbada de transmissão de sentido, no qual são as lutas contra os aparelhos opressores mais amplos (ideológicos e materiais) que conferem significado às experiências locais. São “um conjunto de operações materiais envolvidas em relações políticas e econômicas” (MCLAREN, op. cit., p. 128) que caracterizam as práticas significantes.

No mesmo plano podemos ver de que modo um autor como Foucault (1999), que lançou muita luz sobre a política por meio de seus estudos sobre o poder, tem seu pensamento voltado para investigações acerca de relações mais

complexas da sociedade, distanciando-se bastante da filosofia política que preza a tradicional análise jurídica (o problema da legitimidade):

Múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (FOUCAULT, 1999, p. 28).

Este é um exemplo de uma análise dos mecanismos da sociedade que não se detém em discursos vazios pautados por conceitos petrificados na cultura ocidental, mas busca reconstruir as condições históricas nas quais um discurso emerge junto ao seu significado, isto é, seu poder de ação.

Com relação à pedagogia, McLaren (2000) acredita que os educadores podem apoiar-se numa crítica pós-moderna de resistência para explorar as maneiras pelas quais alunos e alunas são diferencialmente submetidos às inscrições ideológicas e a multiplicarem discursos de desejo organizados por meio de uma política de significação (MCLAREN, op. cit.). Dentro de um contexto de capitalismo global se faz necessária uma pedagogia de esquerda, pois a sociedade se inscreve dentro de políticas de significação programadas que tornam as pessoas meras marionetes com ideias prontas sobre questões raciais e étnicas. A mentalidade consumista e elitista que é venerada como um objetivo de vida reduz imensamente a capacidade da diversidade das experiências, o que é muito nocivo, porque precisamos de conflitos ideológicos que fortaleçam nossa crítica e coloquem a ideologia hegemônica da elite liberal em questão. Assim, McLaren nos fala de uma *práxis transformadora* na sociedade e uma educação não harmônica. Como ele nos diz: “na medida em que o objetivo da pedagogia crítica é o de capacitar seus praticantes a falar com autoridade, enquanto perturbam a naturalização de convenções fixas” (MCLAREN, op. cit., p. 50).

O multiculturalismo crítico pode ser entendido como uma recusa em tomar a cultura como não conflitiva, harmoniosa ou consensual. McLaren (2000) defende a necessidade de não ver a diferença como simples textualidade, sempre procurando mostrar que a língua não é apenas um reflexo passivo da cultura e, portanto, no caminho para uma pedagogia crítica cabe buscar uma educação que interroge os discursos racistas, xenófobos e machistas. Para finalizar, e retomando o que foi explorado acima, gostaria de citar esta sucinta passagem de McLaren, que de forma clara e simples define sua proposta multicultural:

a perspectiva que chamo de multiculturalismo crítico compreende a representação da raça, classe e gênero como resultado de lutas sociais sobre signos e significações e, enfatiza não apenas o jogo textual, mas a tarefa de transformar as relações sociais (MCLAREN, op. cit., p. 123).

Acredito que o multiculturalismo crítico seja, entre os tipos de multiculturalismos aqui examinados, aquele capaz de provocar as mudanças mais consequentes. Sua agenda é mais completa e possui a característica que julgo essencial ao debate multicultural, qual seja, o de promover uma crítica às estruturas sociais e políticas vigentes. Além disso, seu trabalho sobre o papel da linguagem em uma realocação dos significados não deixa as principais produções teóricas do século XX alheias à discussão promovida, o que é um ganho imenso para ampliar nosso ponto de vista acerca dos problemas inerentes ao multiculturalismo.

Referências

- BARRETOS, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOLDBERG, David. *Multiculturalism: A Critical Reader*, Cambridge: Blackwell, 1994.
- HALL, Stuart. *A identidade na cultura pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- KINCHELOE, Joe L.; STEIMBERG, Shirley R. *Repensar o multiculturalismo*. Barcelona: Octeado, 1999.
- KYMLICKA, Will. *The rise and fall of multiculturalism?: New debates on inclusion and accommodation in diverse societies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARCON, Telmo. Multiculturalismo, intercultura e políticas educacionais. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 48-61, jul./dez. 2009.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. 2003. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/intromulti.html.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.
- TAYLOR, Charles. Política de reconhecimento. In: *O multiculturalismo e a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção de escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.